

Farmeiros sul-africanos organizam-se em pequenas sociedades de produtores

N. 12/2/00 p. 2

LUCAS MAVUE, AIM

NO Niassa, norte do país, agricultores sul-africanos estão a organizar-se em pequenas sociedades de produtores, para poderem fazer parte do programa de desenvolvimento agrário, MOSAGRIUS, uma vez goradas as expectativas iniciais a volta deste projecto, disse à AIM fonte governamental moçambicana.

O governador provincial do Niassa, Bonifácio Aires Aly, adiantou que a Sociedade de Desenvolvimento MOSAGRIUS (SDM), está aberta a negociações com outras sociedades para a rentabilização do programa, dada a aparente desistência por parte da câmara dos agricultores sul-africanos, a SACADA.

Foi na sequência dessa abertura manifestada pelos responsáveis moçambicanos do MOSAGRIUS que os agricultores sul-africanos radicados no Niassa, começaram a organizar-se em pequenas sociedades, para tentar aplicar este programa visando estabelecer a cooperação entre Moçambique e a África do Sul, fundamentalmente no domínio agrícola.

As referidas associações estão fora do âmbito da SACADA, que há cerca de três anos começou a não mani-

festar interesse em avançar com a implementação do MOSAGRIUS.

A AIM soube que um processo de clarificação da situação de parceria (com a SACADA) no MOSAGRIUS, foi levado a cabo pelas autoridades governamentais moçambicanas, de modo a evitar que se agravassem as consequências negativas em termos de implementação do programa.

Cerca de duas dezenas de "farmeiros" estão a desenvolver a actividade agro-pecuária naquela província no âmbito deste programa, que na opinião de alguns economistas apresentou, à partida, aspectos que não eram sustentáveis nem realistas.

"Logo no início, devia-se ter optado por uma vertente mais comercial, realizando, ao mesmo tempo, intervenções de promoções de desenvolvimento, sobretudo no âmbito do emprego para as comunidades", disse Joe Adams, economista sul-africano.

Adams acrescentou que além do emprego, tais intervenções podem proporcionar a transformação da produção agrícola das populações e mercados para esses produtos, "pelo que, sendo acções que podem ser feitas em moldes comerciais, não

deixam de ter um impacto em termos de desenvolvimento".

A gestão deste projecto, acordado entre os governos de Moçambique e da África do Sul estava a cargo da Sociedade de Desenvolvimento MOSAGRIUS, constituída pela SACADA e pelo Estado moçambicano, em igualdade de circunstâncias em termos de acções na sociedade, estabelecida há cerca de seis anos.

Para as autoridades moçambicanas, o não cumprimento dos acordos por parte da SACADA constitui um dos factores que inviabilizaram a aplicação do programa MOSAGRIUS, mas reconhecem que não é o único, pois, é necessário ter em conta também dimensionamento do projecto.

Um dos gestores deste programa, Anastácio Tamele, disse, recentemente, que quando se estabeleceu este projecto, pensava-se numa intervenção a uma escalada muito mais ampla, pressupondo a criação de estruturas de grande dimensão, "e a prática foi mostrando o que a escala inicialmente prevista não seria fácil de atingir".

"O que nós temos que fazer é naturalmente, adequar os instrumentos de imple-

mentação do programa às condições reais que temos no terreno e as condições que prevalecem nos próximos tempos", frisou Tamele.

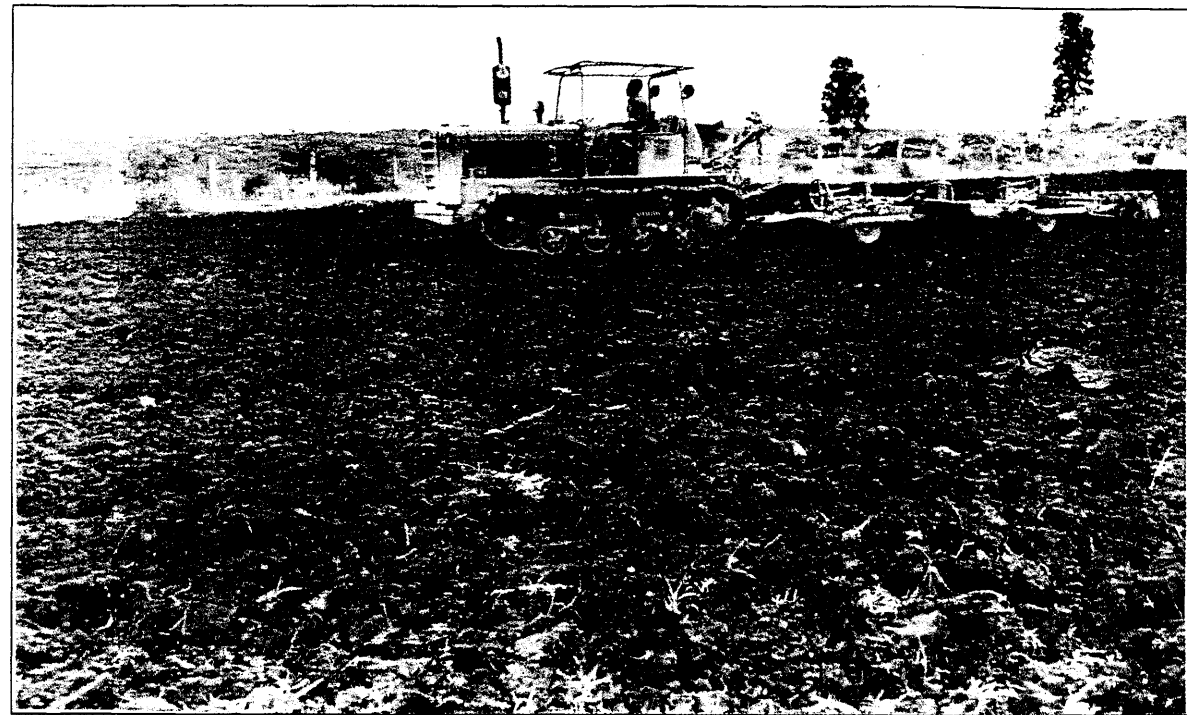
Entre outros motivos, a SACADA diz-se afastado do programa por não estar satisfeita com a forma como foi utilizado o dinheiro disponibilizado pelo Governo da África do Sul aos agricultores envolvidos no MOSAGRIUS.

Contudo, Anastácio Tamele diz que a própria SACADA é que estabeleceu o quadro de alocação desses fundos aos farmeiros sul-africanos e moçambicanos, "e se a gestão falhou, ela é que é responsável por essa falha. A parte moçambicana não esteve envolvida na administração desses recursos".

Actualmente, muitas pessoas, incluindo actores do programa, consideram fundamental dar-se um cunho mais empresarial ao MOSAGRIUS, deixando de encará-lo como uma instituição de caridade.

A SDM chegou a disponibilizar cerca de 500 milhões de meticais, para pagamento de salários em atraso de trabalhadores de alguns agricultores envolvidos no programa MOSAGRIUS.

Ao agricultores iam bus-



car dinheiro a SDM sem a observância de normas empresariais, para pagarem salários em atraso persiste, e o governador Bonifácio Aires Aly diz que o Executivo "está preocupado com essa situação. Estamos a estudar for-

mas de resolver a questão das dívidas dos farmeiros moçambicanos".

Aquele governante considerou que a saída para a presente crise "é transformar o MOSAGRIUS num projecto rentável", salientando que tudo está a ser feito nesse sentido.

Alguns agricultores sul-africanos são autónomos na sua gestão, devido sobretudo aos bons resultados que têm vindo a alcançar no cam-

po produtivo. Na época agrícola passada, um farmeiro sul-africano produziu cerca de quatro mil toneladas de cereais.

No início do programa, houve alguma injeção financeira a favor dos agricultores para levarem a efeito uma série de operações culturais, e a primeira operação neste caso era o desbravamento de terras.

Foram alocados alguns recursos na expectativa de se

alocarem recursos. Só que houve uma ruptura nessa injeção, e, naturalmente, os farmeiros guiaram-se pelo quadro que tinha sido desenhado inicialmente em termos de perspectivas de apoio.

Os agricultores recrutaram trabalhadores em número além das suas capacidades de financiamento, o que não sucedeu. Eles tiveram que manter a força de trabalho para assegurar as operações culturais subsequentes, uma vez

que não fazia sentido desbravar para depois não lavrar e semear.

Foi a partir daí que começou a desenhar-se um espiral de dívidas dos farmeiros para com os seus trabalhadores.

Entretanto, as autoridades governamentais moçambicanas dizem-se satisfeitas com o desempenho dos agricultores sul-africanos no Niassa, onde incrementaram a produção de cereais e introduziram a cultura do café.